

Cátedra Olavo Setubal
de Arte, Cultura e Ciência

UM TURBILHÃO SUBLIME:
**MÁRIO DE ANDRADE E O
DEPARTAMENTO DE CULTURA
DE SÃO PAULO**

EDUARDO AUGUSTO SENA

UM TURBILHÃO SUBLIME: MÁRIO DE ANDRADE E O DEPARTAMENTO DE CULTURA DE SÃO PAULO

EDUARDO AUGUSTO SENA¹

¹ Dedicou-se à pesquisa e à gestão no campo das políticas culturais há 15 anos, ocupando atualmente o cargo de gerente de projetos no Instituto Pedra. Entre os anos de 2006 e 2018, atuou em funções de assessoria e coordenação na Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo e na Fundação Bienal de São Paulo. Possui graduação em administração pública pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e mestrado em ciência da informação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), instituição em que desenvolve atualmente pesquisa de doutorado.

² http://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=246&titulo=O_Mario_que_eu_conheci.

³ O verso abre o poema "Eu Sou Trezentos", de 1929.

O paulistano Mário de Andrade foi um dos mais notáveis personagens do cenário artístico e cultural do Brasil da primeira metade do século XX, autor de uma produção literária e intelectual ainda hoje fundamental. Sua morte repentina, em 1945, aos 51 anos de idade, provocou sentido desalento: não foram poucos os que reconheciam testemunhar uma perda importante, talvez irreparável. O relato do crítico literário e professor Antonio Candido, que acompanhou de perto os episódios que cercaram a sua morte, é eloquente a esse respeito: "O enterro foi no Cemitério da Consolação, muito concorrido, e impressionava a tristeza profunda de todos, como se todos sentissem uma espécie de enorme vazio na cultura do Brasil"².

Sete décadas depois, o exame de sua trajetória nos permite compreender as razões desse sentimento. Afinal, mesmo uma análise rápida de suas realizações evoca uma potência criativa tão diversa quanto diligente, origem de sua influência como artista e intelectual. Mário de Andrade desempenhou com destreza diferentes papéis ao longo da vida: crítico literário, poeta, escritor, ensaísta, agitador cultural, professor de música, pesquisador da cultura popular, turista aprendiz. Expressou-os no famoso verso sobre a "competência cultural polivalente" (MICELI, 2001, p. 104) de sua personalidade singular: "sou trezentos, sou trezentos e cinquenta"³.

Tamanho versatilidade revela-se ainda mais curiosa quando contrastada com as peculiaridades de sua formação. À sua época, a Faculdade de Direito era o destino certo, e muito prestigioso, de intelectuais, literatos e de todos os que aspiravam ocupar o topo da magistratura, da política e do serviço público. Mário de Andrade, contudo, não frequentou essa instituição, ao contrário do seu irmão mais velho, Carlos. Optou por ingressar

no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, com o propósito de tornar-se pianista. Não seria bem-sucedido, mas se graduaria em piano nessa instituição, na qual lecionaria por quase três décadas (BOTELHO, 2012, p. 12).

Segundo Sergio Miceli, como não pôde contar com a estrutura do curso de direito, fez-se autodidata, mas realizou “investimentos intelectuais de tal monta que acabou cobrindo quase todos os domínios literários, artísticos e científicos da época (da literatura às belas-artes e à música, do folclore à etnografia e à história)” (MICELI, 2001, p. 104). A aquisição de todo esse capital cultural, aliada às habilidades de interlocução com grande número de atores, permitiu que rapidamente se tornasse um dos nomes mais importantes de sua geração.

É amplamente conhecida sua participação decisiva no projeto de renovação artística e cultural posto em marcha pelo grupo de modernistas na São Paulo do início do século XX. Para o crítico Mário Pedrosa, ao entrar em contato com a exposição de Anita Malfatti, realizada em fins de 1916, Mário de Andrade adquirira o mal modernista de modo irreparável, tal modo predisposto ao novo se encontrava então (PEDROSA, 2004, p. 136). Nos anos seguintes, iria consolidar-se como um dos principais animadores do movimento modernista e exercer uma liderança quase natural, com destaque para a Semana de Arte Moderna de 1922, ruidoso marco do movimento e com consequências importantes para a cultura brasileira, da qual foi um dos principais realizadores.

Contudo, o protagonismo que exerceu ultrapassou os limites de sua geração e de sua cidade natal. Na opinião de Eduardo Jardim, entre os anos de 1917 e 1937, Mário de Andrade “foi a figura central da vida intelectual do país. Nenhum escritor, nunca mais, teve como ele tanta importância como artista, como formulador de uma interpretação do Brasil e como animador cultural” (JARDIM, 2015, p. 12). Como outros artistas e intelectuais de seu tempo, empenhou-se no projeto que ambicionava conciliar, num país em boa medida ainda em processo de formação, a apreensão das singularidades de nossa identidade cultural e um projeto de renovação estética e de modernização cultural.

Diferentes relatos ressaltam a formidável vitalidade de sua personalidade e seu empenho na realização de múltiplos projetos em um período de grandes transformações e de incipiente mercado intelectual, fatores que contribuíram para tamanho prestígio. Nesse sentido, André Botelho salienta que a trajetória intelectual de Mário de Andrade “se encontra, hoje, inteiramente embaçada e mesmo confundida com a da moderna cultura brasileira. Se afirmações desse tipo também podem ser feitas para alguns outros artistas e/ou intelectuais brasileiros do século XX, em nenhum outro caso, porém, parece fazer tanto sentido como no de Mário de Andrade” (BOTELHO, 2012, p. 9).

De tal maneira que qualquer tentativa de análise de sua trajetória admite múltiplas abordagens, fazendo com que se experimente sensação semelhante a “imersão em um oceano de possibilidades” (BOMENY, 2012, p. 30). O presente trabalho pretende navegar nesse oceano para acrescentar algumas linhas às pesquisas que têm se ocupado em desvelar uma particularidade relativamente pouco explorada da biografia de Mário de Andrade: seu desempenho como dirigente cultural e formulador de políticas cultu-

rais. Em anos recentes, também essa particularidade de sua trajetória tem sido objeto de crescente interesse, em razão do caráter precursor e mesmo visionário das ações desenvolvidas, que em boa medida assimilaram inquietações e temas presentes em sua obra.

Nosso foco recai especialmente na atuação de Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo (DC), instituição criada em 1935 e, provavelmente, pioneira no desenvolvimento de um arcabouço político e operacional especialmente orientado para a formulação e a execução de políticas culturais no país. Tangencialmente, iremos tecer algumas considerações sobre o Anteprojeto de Preservação do Patrimônio Artístico Nacional redigido por Mário, em 1936, a pedido do então ministro da Educação, Gustavo Capanema.

Sua participação no Estado, tanto no DC quanto no governo federal, é hoje celebrada pelo caráter democrático de suas proposições, especialmente “pelo empenho na promoção do diálogo criativo entre formas populares e eruditas de arte e cultura, na expansão das oportunidades culturais à população menos favorecida e, ainda, no reconhecimento das formas de arte e cultura dessa mesma população” (BOTELHO, HOELZ, 2018, p. 340).

Tenha sido movido por suas convicções ou interesses (BOTELHO, HOELZ, 2018, p. 340), podemos aventar que Mário de Andrade reconhecia nessas iniciativas uma oportunidade única de intervenção na realidade social do seu país, o caminho pelo qual seria possível pôr em prática ações escoradas em anos de pesquisas sobre a cultura brasileira. Segundo Helena Bomeny, nosso personagem:

foi catapultado à esfera pública e viu-se arrebatado pelas promessas que ali acenavam. Entregou-se na exata proporção em que foi consumido. Mas não entrou de mãos vazias. O modernista de 1922 trouxe para a política o que acumulara em outras aventuras, em inúmeras conexões particulares (BOMENY, 2012, p. 21)

O ímpeto com que se dedicou às funções que assumiu denota a importância e, mais ainda, a urgência que creditava a esses empreendimentos, conforme mostraremos adiante. Por isso mesmo, os desdobramentos e a repercussão de sua atuação à frente do DC teriam consequências sensíveis em sua trajetória.

Contudo, antes de avançarmos na análise desses projetos, é preciso apresentar brevemente o panorama político e histórico que os abrigou, para que seja possível compreender melhor os rumos que tomaram.

“Você vai acabar com meu sossego, m’ermão...!”

O ano de 1930 é reconhecidamente o marco de um acontecimento fundamental do processo de organização histórica, política e social do Brasil do século XX. Um movimento armado liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul depôs o então presidente, Washington Luís, e impediu que o paulista Júlio Prestes, eleito para sucedê-lo, tomasse posse. Em seu lugar, as forças vitoriosas do levante entronizaram no poder um

dos seus principais articuladores, o gaúcho Getúlio Vargas. A velha ordem advinda de 1889 sofria um abalo irreversível e a promessa de uma nova República assumia então lugar central no teatro da política.

A princípio, Mário de Andrade esteve entre os apoiadores do movimento, chegando mesmo a colaborar com o projeto de renovação educacional proposto por Francisco Campos, titular do recém-criado Ministério da Educação e Saúde (JARDIM, 2015, p. 109). Mas não tardaria para que a simpatia de Mário e dos paulistas pelo novo regime se dissipasse em razão da nomeação de interventores (posto análogo ao de governador nos dias atuais) considerados estranhos aos interesses do estado de São Paulo. Em 1932, essa indisposição atingiria o ápice, assumindo contornos de conflito armado com a insurreição ocorrida em julho do mesmo ano, conhecida como Revolução Constitucionalista, que pôs em choque São Paulo e o governo federal.

Mário de Andrade não tomaria parte diretamente do conflito, mas as divergências do momento posicionaram-no em lado oposto ao de vários de seus amigos e colaboradores de outros estados. No final de 1932, o conflito se resolveu com a vitória das forças governistas, e amigos e personalidades próximas de Mário – figuras como Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, Paulo Duarte e Prudente de Moraes, neto – foram banidos da vida política e exilados (JARDIM, 2015, p. 113).

Durante todo o ano seguinte, abalado com a derrota de São Paulo e suas consequências, viveria um período de desânimo e abatimento, apesar de manter sua atuação como professor do Conservatório Dramático e Musical e iniciar uma coluna sobre música no *Diário de São Paulo* (JARDIM, 2015, p. 114). Mas, ainda no ano de 1933, o resultado das eleições para escolha dos representantes para a Assembleia Constituinte alteraria novamente a relação entre São Paulo e o Palácio do Catete.

Embora o saldo das eleições garantisse folgada maioria ao governo federal, no estado de São Paulo, a Chapa Única por São Paulo Unido, não alinhada a Getúlio Vargas, elegeria 17 dos 22 deputados a que os paulistas tinham direito. Segundo o historiador Lira Neto, tal fato convencera Getúlio “da necessidade de estabelecer uma política de distensão com os paulistas” (NETO, 2013, p. 145), processo que seria por estes celebrado, tendo em vista resultar no atendimento de demandas que reputavam fundamentais.

Além da votação de uma nova Constituição pelo Congresso e da anistia concedida aos opositores do regime do presidente Getúlio Vargas e combatentes de 1932, fora nomeado um paulista e civil, Armando de Sales Oliveira, ligado ao Partido Democrático, como interventor do Estado. Estavam firmadas as bases para uma trégua nos embates, com o objetivo de arrefecer os ânimos de ambos os lados: “Armando teria todas as garantias para exercer o governo paulista, livre de pressões federais. Em troca, trabalharia para pavimentar a reaproximação do estado com Catete, formando um novo partido político com participação na base aliada do governo” (NETO, 2013, p. 147).

Um novo grupo se salientava então no comando da máquina pública paulista, mobilizado em torno da elaboração de um projeto para o país que teria em São Paulo o seu epicentro e norte. Numa estratégia inusitada, que se mostraria contudo visionária, parte da elite paulista, com o objetivo de recuperar o poder e o prestígio abalados em 1930 e 1932, resolve investir

na criação de instituições culturais e de ensino superior, segura de que “as questões candentes do Brasil concentravam-se na precariedade da educação oferecida e na falta de valorização da cultura” (BOMENY, 2012, p. 68).

Os empreendimentos mais importantes do período, e que de fato contribuiriam para dar musculatura ao projeto de recuperação do protagonismo de São Paulo, foram a criação do já mencionado Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo, da Escola Livre de Sociologia e Política (Elsp) e da USP – esta, obra de Armando de Sales Oliveira a partir de campanha liderada por Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*. A criação do DC fora obra da parceria entre Armando de Sales Oliveira e o prefeito de São Paulo por ele nomeado, Fábio Prado, membro de tradicional família paulistana que mantinha relações com os integrantes do modernismo.

A escassez de quadros, as disputas ideológicas e os interesses pessoais podem ser alinhados entre as razões que fizeram com que, entre os anos 1930 e 1937, os intelectuais vinculados ao Partido Democrático de São Paulo tomassem parte na linha de frente desses empreendimentos (MICELI, 2001, p. 102). Nesse sentido, é interessante ressaltar a análise de Antonio Candido sobre o grupo que participou desses projetos, ao salientar a curiosa e paradoxal relação “de uma vanguarda político-cultural à sombra de uma situação oligárquica, que a aceitou e apoiou” (CANDIDO, 1985, p. 16).

Seguramente, boa parte desses intelectuais não ignorava os interesses econômicos em disputa, tampouco o jogo de forças entre oligarquias que disputavam o controle político em uma época de escassa consciência democrática. Mas a inserção nos quadros políticos e em postos da burocracia estatal, em São Paulo e nos outros estados brasileiros, especialmente a partir da década de 1920, foi um meio de garantir relativa estabilidade financeira a intelectuais e artistas brasileiros que não podiam contar com a fortuna familiar, em um período em que o campo da produção cultural e artística era ainda incipiente e bastante diminuto.

A relação desses intelectuais com a política era, naturalmente, ambígua e conflituosa. Mesmo Mário de Andrade chegou a manifestar movimentos de afastamento e até de repulsa, especialmente das disputas partidárias (BARBATO, 2004, p. 93). Compreende-se, nesse sentido, a afirmação de Helena Bomeny ao anotar que Mário pode ser considerado “expressão fiel da tensão entre a literatura e a política, entre intelectuais e o poder” (BOMENY, 2012, p. 20).

À época, ele integrava os quadros do Partido Democrático de São Paulo; seu envolvimento com o jogo político-partidário, porém, era antes simbólico que efetivo. Não o animavam as disputas que se travavam nessa arena, mas orbitava, como outros de sua geração, o movimento de renovação que o Partido Democrático projetava. E já então exercia indiscutível liderança no meio intelectual e cultural, em âmbito nacional.

Paulo Duarte, ao receber tanto do governador Armando de Sales Oliveira quanto do prefeito Fábio Prado autorização para prosseguir com o projeto de criação do departamento, sugere então Mário de Andrade como o nome ideal para a direção do DC. Segundo depoimento do próprio Paulo Duarte, mais que ideal, julgava-o mesmo imprescindível para o sucesso da empreitada (DUARTE, 1977, p. 32).

Por esse motivo, encarregou-se pessoalmente de convencê-lo a assumir a direção da embrionária instituição, que breve ganharia corpo. Mário hesitaria a princípio, mas acabaria cedendo aos apelos do amigo, não sem antes vaticinar: "Você vai acabar com meu sossego, m'ermão...!" (DUARTE, 1977, p. 33). Desse modo, o personagem que nas duas décadas anteriores havia movimentado o cenário intelectual e cultural do país assumia então um enorme desafio, condizente com a sua estatura e experiência, e ao qual deu contornos de uma missão.

Em sua passagem pela administração pública, Mário de Andrade experimentou arrebatamento e frustração em intensidade semelhante. Suas propostas combinavam vanguarda e tradição, alta cultura e cultura popular, com especial atenção ao público infantil. O caráter coletivo e expansivo das ações realizadas configurava uma perspectiva de atuação com forte acento democrático. Mas a renovação política que almejou precisou se bater com o peso da burocracia, da pequena política, do despeito e da ignorância. Ainda assim, sua gestão impressiona pela lucidez com que esquadrinhou a realidade social de uma cidade em franco processo de transformação, pela abrangência das iniciativas e pelo caráter inovador que as presidiu. Vamos a ela.

O Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo

O Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo (DC) foi instituído pelo prefeito Fábio Prado por meio do Ato nº 861, de 30 de maio de 1935. A cidade de São Paulo, já então uma metrópole "na qual o moderno e o arcaico conviviam de forma nem sempre pacífica" (PENTEADO, 2015, p. 19), passaria a contar com um estruturado organismo de fomento e gestão das ações de cultura:

Planejado a partir de algumas estruturas já existentes, como o Teatro Municipal, o Arquivo Histórico, o Parque Infantil Pedro II e a Biblioteca Municipal, a concretização do projeto representou o esforço sem precedentes de reunir diversos equipamentos culturais sob a responsabilidade de uma única instituição (PENTEADO, 2015, p. 19).

A estrutura da instituição contou inicialmente com quatro divisões: Bibliotecas; Educação e Recreios; Documentação Histórica e Social; e Expansão Cultural. Em julho de 1936, seria criada uma quinta divisão, de Turismo e Divertimentos Públicos. A Divisão de Expansão Cultural, de certo modo o centro do projeto, chefiada pelo próprio Mário, era responsável pela difusão das mais variadas manifestações artísticas realizadas na cidade, ficando subordinados a ela os serviços de teatro, cinema, radioescola e discoteca pública municipal (CALABRE, 2009, p. 22).

As iniciativas do departamento tinham por objetivo diminuir as assimetrias de acesso aos bens culturais, ainda restritos a uma pequena parcela da população, por meio da ampliação das ações de expansão cultural e de criação de novos públicos para o fazer cultural. O sentido que atribuímos hoje ao conceito de democratização cultural pode ser aplicado ao DC, com as ressalvas semânticas e históricas necessárias. Nas palavras de Antonio Candido, o resultado dessa orientação foi a idealização de uma política cultural cujo projeto visava "não apenas a rotinização da cultura, mas a tenta-

tiva consciente de arrancá-la dos grupos privilegiados para transformá-la em fator de humanização da maioria, através de instituições planejadas” (CANDIDO, 1977, p. 14).

O professor e dirigente cultural Carlos Augusto Calil, que tem se dedicado à pesquisa sobre a gestão de Mário de Andrade no DC, sintetiza do seguinte modo o espírito que moveu essa experiência:

Mário de Andrade participou ativamente de um projeto político da elite paulistana, de cunho social-democrata, que via no acesso à cultura um meio eficaz de suplantar o atraso intelectual e político. O grupo de Paulo Duarte, Sérgio Milliet, Rubens Borba de Moraes, do qual Mário de Andrade fazia parte, reunido em torno do governador Armando de Sales Oliveira, visava criar instituições que, uma vez eleito presidente, seriam implantadas no país. São Paulo tornou-se um laboratório de políticas públicas de promoção do bem-estar social pela via da cultura, sem populismo (CALIL, 2015, p. 14).

Nesse sentido, é importante salientar que o departamento não era simplesmente afeito às pautas eminentemente culturais, mas também “abrigava ações de Assistência Social, Esportes, Lazer, de Turismo, Estatística e Planejamento, Meio Ambiente, tudo o que se pudesse classificar sob o manto da educação lato sensu” (CALIL, 2015, p. 14). Esse conceito abrangente de ação e a resolução de destinar 10% do orçamento municipal para colocá-lo em prática, decisões do próprio prefeito Fábio Prado ancoradas em um dispositivo presente na Constituição Federal promulgada em 1934, simbolizam o prestígio com que contavam Mário de Andrade e o DC. Além disso, sua relevância pode ser aferida pelo fato de que a estrutura da prefeitura contava com apenas outros cinco departamentos: Obras; Expediente e Pessoal; Higiene; Fazenda; e Jurídico (CALIL, 2015, p. 14).

Mário de Andrade também emprestaria o seu prestígio e rede de relacionamentos ao conjunto de iniciativas do departamento, que contou com a colaboração de nomes importantes da cultura e da arte – Manuel Bandeira, Cecília Meireles, Roquete Pinto, Francisco Mignone – e mesmo de professores franceses da recém-criada USP – Claude Lévi-Strauss, Paul Arbousse-Bastide, Pierre Monbeig. Na realidade, a estreita ligação do departamento com a USP e a Elsp é capítulo dos mais interessantes, por inaugurar em São Paulo a prática da pesquisa acadêmica orientada para a compreensão da realidade e produção de dados para a administração pública. Nas palavras da pesquisadora Vera Cerqueira:

Os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores ligados direta ou indiretamente às duas instituições de ensino de ciências sociais, sob os auspícios do Departamento de Cultura de São Paulo, transformaram esse órgão municipal – respeitados os limites de sua atuação e função – em um espaço de discussão e de investigação científica (CERQUEIRA, 2014, p. 37).

4 A primeira viagem ocorreu durante a Semana Santa de 1924, quando tomou parte, junto a dona Olívia Guedes Penteado, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade e René Thiollier, na “viagem de descoberta do Brasil”, em que percorreram as cidades históricas de Minas Gerais na companhia do poeta franco-suíço Blaise Cendrars (LOPEZ; FIGUEIREDO, 2015, p. 20). Mas seriam as duas viagens posteriores, mais longas e percorrendo principalmente regiões e cidades dos estados do Norte e Nordeste do país, que exerceriam influência decisiva no espírito do poeta. Entrava em cena a figura de *O Turista Aprendiz*, título da publicação que reuniu seus relatos das viagens.

Nessas jornadas, a fruição turística conviveu (ou se confundiu) com um caráter exploratório, de observação e registro das manifestações da cultura popular e do folclore. A primeira, entre maio e agosto de 1927, contou com a participação de dona Olívia Guedes Penteado, acompanhada da sobrinha, Margarida Guedes Nogueira, e de Dulce do Amaral Pinto – filha da pintora Tarsila do Amaral (LOPEZ; FIGUEIREDO, 2015, p. 22). O roteiro da viagem está descrito de forma bem-humorada no subtítulo do livro – *O Turista Aprendiz: Viagens pelo Amazonas até o Peru, pelo Madeira até a Bolívia e por Marajó até Dizer Chega*.

A segunda foi muito diferente, já que Mário de Andrade viajou sozinho, entre novembro de 1928 e fevereiro de 1929. Reencontrou amigos em diferentes cidades e passou o Carnaval no Recife, entregue à liberalidade da festa e em estado de esfuziante alegria (JARDIM, 2015, p. 91). Os amigos também iriam auxiliá-lo nas pesquisas etnográficas ao longo dos locais percorridos, propósito expresso da viagem, mais bem alcançado nesta do que nas incursões anteriores.

Outro aspecto interessante a salientar é a simbiose que se operou entre os dois personagens, o diretor do DC e o intelectual e artista, na condução das políticas postas em marcha pela instituição. Essas políticas sintetizavam em boa medida anos de pesquisa e investigação sobre a cultura e realidade brasileiras, que o levaram inclusive a realizar, na década de 1920, três viagens etnográficas por diferentes regiões brasileiras⁴. Por essa razão, Roberto Barbato afirma que:

a maioria das atividades promovidas pela instituição paulistana re-flete algumas inquietações expostas em sua obra, na década anterior. De certo modo, há uma “continuidade” entre sua produção individual e os ideais propostos para a realização dessas atividades. Trata-se, pois, de uma “personificação” de seu projeto de investigação da realidade nacional (BARBATO, 2004, p. 53).

Mas, certamente, uma das características mais marcantes de sua gestão relaciona-se com a atenção dispensada ao que hoje denominamos patrimônio imaterial, cuja promoção adquiriu caráter transversal em toda a sua gestão. Na realidade, Mário de Andrade foi pioneiro em formular um conceito de cultura que conjugasse os aspectos materiais e simbólicos do fazer cultural. Um registro importante dessa percepção visionária encontra-se expresso no Anteprojeto de Preservação do Patrimônio Artístico Nacional que redigiu em 1936, atendendo a um pedido pessoal do então ministro da Educação, Gustavo Capanema.

Nesse documento, que deveria nortear a institucionalização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), Mário de Andrade sugeriu compreender o registro, a defesa e a promoção do patrimônio cultural brasileiro sob o prisma de uma concepção bastante abrangente de bem cultural, antecipando em vários aspectos, especialmente na dimensão do imaterial e simbólico, concepções que, mesmo no âmbito das convenções da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), levariam ainda várias décadas para se cristalizar (TORELLY, 2015, p. 12).

O projeto final de criação do órgão, redigido ao cabo por Rodrigo Melo Franco de Andrade – nomeado o seu primeiro diretor, cargo que exerceria até 1967 –, não contemplou integralmente suas proposições, sendo “abandonado naquilo que trazia de mais desafiador e avançado para seu tempo: a memória dos grupos populares, das etnias que compõem a brasilidade, da diversidade dos saberes e fazeres do país” (BOTELHO, 2007, p. 117). Para além das dificuldades operacionais inerentes ao escopo da proposta, é preciso salientar que a “generosidade etnográfica” que a permeava entrava em choque com a política de preservação preconizada pelos dirigentes do Sphan, interessados no patrimônio “pedra e cal” e nas manifestações do barroco (MICELI, 2001, p. 360).

Contudo, se no plano federal suas ideias não seriam implantadas, no âmbito municipal Mário de Andrade atuou para colocá-las em prática, em consonância com o ideário modernista e os conceitos expressos no Anteprojeto do Sphan:

No intuito de investigar aspectos formadores de uma verdadeira “brasilidade”, realizaram-se pesquisas de manifestações da cultura popular no interior do estado de São Paulo e, na Bahia, Camargo Guarnieri participou do II Congresso Afro-Brasileiro. Essas iniciativas culminaram naquele que talvez tenha sido o mais ambicioso dos projetos do Departamento de Cultura: a Missão de Pesquisas Folclóricas (PENTEADO, 2015, p. 21).

Projeto realmente ambicioso, a Missão pode ser considerada símbolo da “institucionalização da experiência de Mário de Andrade como o turista aprendiz” (PENTEADO, 2015, p. 21). Esse formidável projeto é realizado, contudo, nos estertores da gestão de Mário de Andrade à frente do departamento, mas iria se constituir num dos seus mais importantes e duradouros legados. A próxima seção se dedica a ele.

Missão de Pesquisas Folclóricas

A Missão tem início em fevereiro de 1938, quando parte de São Paulo rumo aos estados do Norte e Nordeste do Brasil um grupo formado por Luís Saia, a quem coube chefiar a expedição; Martin Braunwieser, musicólogo e maestro; Benedicto Pacheco, que desempenhava a função de técnico de som; e Antônio Ladeira, ajudante geral. Entre fevereiro e julho desse ano, visitaram 5 cidades em Pernambuco, 18 na Paraíba, 2 no Piauí, 1 no Ceará, 1 no Maranhão e 1 no Pará.

Não se tratava, contudo, de mera viagem turística. Antes, o papel que iriam desempenhar mais se assemelhava ao de corajosos desbravadores, destinados a uma jornada cujo caráter era exploratório e de pesquisa, contava com propósitos bem definidos e demandava certa urgência na sua execução: prospectar, coletar e registrar, em diferentes suportes, as manifestações da cultura popular, com seus ritos, saberes e modos de vida, que se reproduziam nessas regiões.

Partiram de São Paulo munidos dos “mais modernos recursos da técnica para o registro fonográfico, fotográfico e cinematográfico das manifestações” (PENTEADO, 2015, p. 23), e previamente orientados teórica e metodologicamente para a pesquisa etnográfica. Luís Saia havia frequentado o curso de etnografia ministrado pela antropóloga Dina Lévi-Strauss entre abril e outubro de 1936, deliberadamente criado com o intuito de formar pesquisadores especializados em folclore (PENTEADO, 2015, p. 23).

A Missão, contudo, iria se revestir de caráter quase heroico. Embora os mais avançados para a época, os equipamentos usados para o registro eram pesados, de difícil operação e inadaptados à mobilidade (CALIL, 2010), o que amplificava as dificuldades já à época naturais a um empreendimento de tal natureza por territórios ainda inóspitos e com escassa infraestrutura.

A despeito das dificuldades que enfrentaram no caminho, os viajantes procederam ao registro e coleta de um vasto material, indicativo da rica diversidade cultural espalhada pelo território brasileiro, e que conforma um formidável mosaico de festas, cantos, danças, instrumentos musicais e peças de cultos religiosos.

A experiência, inovadora para a época e inédita na sua execução, pode ser considerada o primeiro esforço efetivo e metodicamente orientado de mapeamento e registro das dinâmicas culturais brasileiras. A urgência a que se impunha essa Missão estava atrelada à necessidade de “registrar as manifestações da cultura popular em vias de desaparecimento, face à industrialização e à difusão massificada de referências culturais estrangeiras por meio do rádio ou do cinema” (PENTEADO, 2015, p. 24), mas, como salientamos anteriormente, sua artesanania era igualmente decorrência da reconhecida contribuição que Mário de Andrade e seus colaboradores atribuíam a essas manifestações no desvelar de uma estética e identidade genuinamente brasileiras.

Contudo, os rumos da política nacional já eram outros quando esses viajantes retornaram a São Paulo. A instituição da ditadura do Estado Novo, no final de 1937, iria pôr fim ao curto interregno mais arejado de todo o primeiro governo de Getúlio Vargas. Ironicamente, um dos principais fatores que precipitaram o golpe deflagrado era justamente “o crescimento da candidatura do paulista Armando de Sales Oliveira à presidência durante o ano de 1937, com perspectiva de ser eleito em janeiro de 1938” (CALIL, 2015, p. 16). De fato, Armando de Sales Oliveira já havia se descompatibilizado do cargo de governador e fazia aberta campanha. Ironicamente, aquele que havia sido um dos fiadores do projeto de criação do DC, em torno do qual se articulava o grupo de Mário de Andrade e Paulo Duarte, involuntariamente se tornou responsável pelo ocaso do departamento. Os estados da federação passariam para a intervenção federal, e o prefeito Fábio Prado seria substituído pelo engenheiro e urbanista Prestes Maia, técnico pouco interessado – e mesmo hostil – nas ações da instituição. Mário de Andrade foi exonerado em maio de 1938 e se mudou para o Rio de Janeiro, cidade em que “não encontrou tarefa à altura de seu prestígio e capacidade” (CALIL, 2015, p. 16).

Terminaria assim, de forma repentina e melancólica, a contribuição de um dos mais importantes intelectuais brasileiros à administração pública. O DC não teria as atividades encerradas com a saída de Mário de Andrade, servindo mesmo de embrião à atual Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, mas tardaria a recuperar semelhante protagonismo: na realidade, o prestígio com que contou o departamento de Mário de Andrade, em termos de recursos financeiros e centralidade política, não mais se repetiu.

Considerações Finais

Mário de Andrade se entregou completamente à aventura do DC, em prejuízo de sua carreira literária e de sua vida pessoal. T tamanha entrega lhe custaria caro. Aparentemente, não teria se recuperado do trauma ocasionado pela saída abrupta da instituição e pela interrupção de projetos que reputava tão importantes, para os quais havia dispendido grande energia e em que depositava tanta esperança. Segundo Carlos Calil, Mário não compreendeu a natureza política de seu afastamento, fato que não impediu que nomes importantes de sua gestão à frente do departamento seguissem com suas atividades (CALIL, 2015, p. 16). Paulo Duarte, que viveu com ele a euforia e desilusão do período, afirma que “a sua expulsão do Departamento de Cultura foi uma sentença de morte. Mário suicidou aos poucos, matou-se de dor, revolta e angústia” (DUARTE, 1985, p. 3).

O programa idealizado por Mário de Andrade era avançado para a época e foi posto em ação em um período de grande rivalidade entre diferentes

grupos políticos, interessados em tornar hegemônico o projeto de país que encarnavam. Não sobreviveu aos embates políticos, à incompreensão e à aridez intelectual do seu tempo. Essencialmente antiautoritário e coletivo, foi descartado quando forças autoritárias e centralizadoras muito mais poderosas se consolidaram (JARDIM, 2015, p. 145).

Em carta a Paulo Duarte, datada de 3 de abril de 1938, expressaria de forma contundente o sentimento de derrota e amargura: "Sacrifiquei por completo três anos de minha vida começada tarde, dirigindo o DC. Digo *por completo* porque não consegui fazer a única coisa que, em minha consciência, justificaria o sacrifício: não consegui impor e normalizar o DC na vida paulistana" (DUARTE, 1977, p. 158). Faleceria menos de sete anos depois dessa missiva.

Oito décadas decorridas desse desabafo, com a cômoda distância imposta pelo tempo, é possível contemporizar, em alguma medida, a agonia do nosso personagem. É certo que os anos vindouros testemunhariam um departamento de cultura com limitada capacidade operacional e programática, distante do vigor que Mário e seus colaboradores haviam imprimido à instituição. Mesmo a memória de sua atuação como dirigente cultural permaneceu de certo modo esmaecida por décadas.

Mas, de todo modo, é preciso reconhecer que o arcabouço conceitual que orientou as práticas do gestor Mário de Andrade foi sendo historicamente recuperado e tem servido de norte ao desenvolvimento de diferentes políticas culturais ao longo dos últimos anos. Hoje, em reconhecimento do seu empenho no desenvolvimento de política cultural consequente para um país ainda tão marcadamente desigual, todo um esforço vem sendo realizado para atualizar o legado desse personagem singular, à luz dos desafios colocados para o campo cultural na atualidade, em face das enormes mudanças sociais, políticas, demográficas e informacionais que têm palco no século XXI.

Além disso, o farto material acumulado pela Missão de Pesquisas Folclóricas, paciente e cuidadosamente inventariado e sistematizado por Oneyda Alvarenga, grande colaboradora e amiga, está disponível para consulta no Centro Cultural São Paulo (CCSP). Legado mais importante de sua gestão à frente do DC, tem sido objeto da atenção de pesquisadores e interessados nas dinâmicas culturais mais profundas do nosso país. Constitui um registro vivo de manifestações que ainda hoje, mesmo sob condições as mais difíceis, são reproduzidas em diferentes pontos do território brasileiro.

É certo que a cidade de São Paulo que assistiu à entrada do século XXI é muito diferente daquela em que viveu (e morreu de amores) o poeta. A política permanece tão fria e insensível aos grandes espíritos como o era há 80 anos, e as instituições públicas de cultura padecem sob o peso da instabilidade e do descompromisso com uma agenda programática mínima.

Mas, ao menos, a ampliação dos meios digitais para a disseminação e recuperação de informações tem permitido às gerações atuais conhecer melhor o servidor público e gestor exemplar que existe por trás do escritor de obras literárias cuja leitura ainda hoje nos causa vertigem, tal o caso de *Macunaíma*, o herói de nossa gente. E São Paulo tem hoje na cultura um dos seus maiores atrativos, defendida por número maior de pessoas do ataque da mesma incompreensão e ignorância que vitimou Mário e o departamento, e que ainda nos assombra e acompanha.

No livro que organizaram sobre a “literatura burocrática” do diretor Mário de Andrade, Carlos Calil e Flávio Rodrigo Penteadó brindam os leitores com um prólogo que reproduz um comovente trecho de uma carta do poeta a Câmara Cascudo, tomado pela euforia com os trabalhos que então se iniciavam no departamento. Opto por imitar o gesto, mas com os sinais trocados: esse texto encerra o presente trabalho.

Quem dera essas palavras nos inspirem a mesma paixão com a qual Mário de Andrade se dedicou ao desenvolvimento de uma política cultural democrática, múltipla e inclusiva, orientada para a superação de nosso atraso intelectual, projeto ainda tão necessário quanto fugidio. E que nos impulsionem a perseguir os generosos propósitos que nortearam essa singular experiência de gestão cultural em São Paulo.

Ah, você nem imagina o que está sendo minha vida, uma ferocidade deslumbrante, um delírio, um turbilhão sublime, um trabalho incessante, dia e noite, noite e dia, me esqueci já da minha língua literária, a humanidade me fez até voltar a uma língua menos pessoal, já me esqueci completamente de mim, não sou, sou um departamento da Prefeitura Municipal de S. Paulo. Me apaixonei completamente. Também a coisa não era para menos, bateu uma aura de progresso nesse município sofrido, veio um prefeito que topa das coisas de cultura também, incrível! E me chamaram para dirigir a coisa, imagine só, numa terra em que tudo está por fazer! Tou fazendo.

Referências Bibliográficas

BARBATO Jr., Roberto. *Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

BOMENY, Helena. *Um poeta na política: Mário de Andrade, paixão e compromisso*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

BOTELHO, André; HOELZ, Maurício. Macunaíma contra o Estado Novo. *Novos Estudos Cebrap*, v. 37, n. 2, 2018, p. 335-357.

BOTELHO, André. *De olho em Mário de Andrade: uma descoberta intelectual e sentimental do Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano das ideias. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CALIL, Carlos Augusto. O prazer de mandarzinho. In: CALIL, Carlos Augusto; PENTEADO, Flávio Rodrigo (Org.). *Me esqueci completamente de mim, sou um departamento de cultura*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015.

_____. Mário da Cultura Andrade. In: NASCIMENTO, Aurélio Eduardo; CERQUEIRA, Vera Lucia Cardim (Org.). *Missão de pesquisas folclóricas: cadernetas de campo*. São Paulo: Associação Amigos do Centro Cultural São Paulo, 2010, p. 3-5.

CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Hucitec/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.

CERQUEIRA, Vera Lúcia Cardim de. *Ciências sociais na gestão Mário de Andrade: contribuições de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss*. São Paulo: Fapesp; Annablume, 2014.

DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Hucitec/ Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.

JARDIM, Eduardo. *Mário de Andrade: eu sou trezentos: vida e obra*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

LOPEZ, Telê Ancona; FIGUEIREDO, Tatiana Longo. Por esse mundo de páginas. In: ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. Brasília: Iphan, 2015, p. 16-43.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NETO, Lira. *Getúlio: do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PENTEADO, Flávio Rodrigo. Sonhar, respirar, conversar, viver Departamento. In: CALIL, Carlos Augusto; PENTEADO, Flávio Rodrigo (Org.). *Me esqueci completamente de mim, sou um departamento de cultura*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015, p. 18-25.

TORELLY, Luiz Philippe Peres. O turista aprendiz e o patrimônio cultural. In: ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. Brasília: Iphan, 2015, p. 11-15.

Cátedra Olavo Setubal **de Arte, Cultura e Ciência**

Parceira



Realização

